

Justiça vai ao Senado falar de sua pobreza

SÉRGIO MARQUES

Dias atrás o presidente da OAB, Maurício Correa, alertou: "É preciso providências ou a justiça no Distrito Federal pode parar". A Ordem dos Advogados chegou a promover um debate com a Comissão Parlamentar do DF no Senado Federal, realizado em sua sede, para expor a sua visão diante do quadro caótico em que se encontra o meio forense em Brasília e cidades-satélites. Agora, é a vez do próprio presidente do Tribunal de Justiça, Heládio Toledo Monteiro, se dirigir à Comissão do Distrito Federal, único canal parlamentar para as reivindicações da população e instituições do DF, através de uma reunião que se realiza hoje, a partir das 10 horas, na sala da Comissão do DF.

Na pauta da reunião a carência de dotações orçamentárias para a justiça do DF e a extinção da defensoria pública, que vem ocorrendo devido à promoção dos advogados que ocupam a função, e o fato de que a Lei que reorganizou os trabalhos judiciários não prevê o preenchimento de novas vagas na defensoria. O presidente do Tribunal deverá defender que a arrecadação dos custos judiciais seja canalizada para a manutenção da própria Justiça. Atualmente, as taxas processuais são recolhidas ao tesouro nacional, quando o Tribunal considera que elas devem ser revertidas para as despesas de material e obras que contribuam para a melhoria dos trabalhos forenses.

O presidente do Tribunal de Justiça deverá mostrar estatisticamente a produção dos magistrados durante o ano passado e um aspecto das peculiaridades do Tribunal de Justiça do DF, diferente dos outros Estados. A organização judiciária do DF promana do Executivo Federal e é submetida ao crivo do Congresso Nacional, enquanto que em outros Estados se dá entre o governo estadual e a respectiva Assembléia Legislativa, que é mais sensível aos problemas da coletividade". Assim, o Tribunal deverá defender a necessidade de ter maior autonomia técnico-administrativo-financeira, sendo que a administração pertinente poderia ser melhor agilizada pela Comissão do DF no Senado, que teria inclusive poderes constitucionais para a iniciativa das Leis de organização judiciária no DF.

Segundo o chefe de gabinete da presidência do Tribunal de Justiça, dr. Assu Guimarães, "em todo o Distrito Federal nós temos tramitando cerca de 124 mil processos, sendo que paralisados há mais de 90 dias existem cerca de 80 mil. Embora muitos deles estejam parados por culpa das próprias partes envolvidas, o motivo maior é a insuficiência de verbas repassadas para o Tribunal de Justiça, que impede a efetivação de 26 novas varas autoriza-



**ASSU GUIMARÃES:
JUSTIÇA PEDE MAIS
VERBAS NO SENADO**

das por lei em dezembro do ano passado. A mesma lei que ampliou o número de varas estabeleceu que o custeio para a implantação correria por conta das dotações orçamentárias do Tribunal, consignadas no orçamento deste ano. Essas dotações orçamentárias são sumamente exíguas, a ponto de serem insuficientes até para a manutenção das varas já existentes", garante Assu Guimarães.

Em todo o Distrito Federal funcionam hoje 37 varas, distribuídas entre as circunscrições do Plano Piloto e Cidades-Satélites. Proporcionalmente ao número de varas existentes, a lei autorizou a implantação de um maior número de varas especializadas de família, órfãos e sucessões, onde é maior a quantidade de processos parados. Em seguida, privilegia as varas cíveis, onde também é grande o número de processos parados.

A situação está tão caótica que Assu Guimarães disse que "serão instaladas 5 novas varas com o único esforço do Tribunal, o que obrigará o TJ a deslocar funcionários em detrimento de outros setores, utilizar salas já ocupadas e até transferir mesas de um departamento a outro, tudo graças à exiguidade de verbas. Nos foros das Cidades-Satélites, então, águas estão infiltrando pelas paredes, vidros estão quebrados, a situação material é péssima, reflexo de que os recursos financeiros destinados à Justiça não acompanham a ascensão inflacionária", disse.